



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1 - O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de material de consumo, objetivando atender a manutenção da sinalização de trânsito semafórica no Município de Dourados- MS, atendendo assim as demandas e necessidades da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Dourados – Agetran.

1.2 - De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, Lei nº 9.503 de 23 de Setembro de 1997, em cumprimento ao seu art. 21.

### 2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1 – A justificativa e objetivo da contratação encontra-se em tópico específico Apêndice “A” do presente termo.

### 3. DA MODALIDADE E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1 – A contratação, objeto deste Termo de Referência será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade regão, observando as normas e procedimentos administrativos da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, Lei Complementar nº 331, de 03 de julho de 2017 e alterações e ainda Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

### 4. ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

4.1 - Busca-se a aquisição dos itens abaixo, com as seguintes especificações:

Item	Código	Cod. Comprasnet	Quantidade	Unidade	Descrição
01	41599	97993	40	Unidade	Grupo focal com lente de 200mm vertical – em LED
02	41598	97993	84	Unidade	Grupo focal com lente de 300mm horizontal – em LED
03	44467	42331	50	Unidade	PLACAS DE LED PARA SEMÁFORO DE 200MM VERMELHO
04	44468	42331	50	Unidade	PLACAS DE LED PARA SEMÁFORO DE 300MM VERMELHO
05	44471	42331	50	Unidade	PLACAS DE LED PARA SEMÁFORO DE 200MM VERDE
06	44472	42331	50	Unidade	PLACAS DE LED PARA SEMÁFORO DE 300MM VERDE



## 5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 - Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto do produto licitado e que atendam às condições exigidas no termo de referencia, bem como no edital e seus anexos, inclusive quanto documentação exigida para habilitação.

## 6. DO ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO E FORMA DA SELEÇÃO

6.1 – Os produtos a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica.

6.2 – A licitação será julgada por item.

## 7. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO

7.1 – A aplicação não poderá ser à margem de preferencia para local e regional, tendo em vista, que as empresas sediadas local e regional não fornecem os produtos aqui a serem licitados.

## 8. DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA

8.1 - Os produtos deverão ser entregues na Agência Municipal de Transporte e Trânsito - AGETRAN, sito à Avenida Marcelino Pires nº 3930, no Terminal Rodoviário “Renato Lemes Soares”, na cidade de Dourados/MS.

8.2 – Havendo necessidade das entregas serem efetuadas em outros locais que não seja o elencado acima, o novo endereço será informado com antecedência pela Agetran.

8.3 – A solicitação dos produtos será realizada através da Autorização de Fornecimento – AF que é documento no qual consta a especificação exatamente licitada, bem como as quantidades a serem entregues.

8.4 – Os produtos poderão ser solicitados de forma total ou parcial, conforme emissão da Autorização de Fornecimento – AF, emitida pela Agetran.

8.5 – Os produtos deverão ser entregues devidamente identificadas acondicionadas em embalagens lacradas e em perfeitas condições para o armazenamento, sendo que, a falta do mesmo implicará no não recebimento destes por parte da Comissão de Recebimento.

8.6 – Os produtos não deverão ser recebidos, se as embalagens apresentaram sinais de violação, umidade, ou inadequação em relação ao conteúdo, e não estiverem devidamente identificadas.

8.7 – Os produtos deverão ser descarregados por equipe do fornecedor, ficando a critério do mesmo despesas recorrentes ao fato.

8.8 - As embalagens dos produtos deverão estar em conformidade com o que preconiza a legislação.

8.9 - Conforme determina o Artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.10 - A Agetran reserva-se o direito de não aceitar os produtos que estiverem em desacordo com o previsto neste Termo, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei 8.666/93.

## 9. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO





9.1 – Visando a padronização das cores, todos os itens deverão ser licitados por item, tendo em vista a possibilidade de haver diferenças entre os tons das cores.

9.2 - Somente serão aceitos os produtos que por ocasião da entrega, apresentarem a especificação exigida, após a verificação da qualidade e quantidade do produto solicitado.

9.3 - Os produtos recusados pela contratante deverão ser substituídos, no prazo Máximo de 05 (cinco) dias, contados da data na Notificação, correndo por conta da contratada as despesas de devolução dos produtos recusados/em desacordo.

9.4 - Não serão admitidos, para efeito de recebimento, os produtos que estejam em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações descritas neste termo.

9.5 - Conforme determina o Artigo 73 da Lei 8.666/93.

9.6 - A Agetran reserva-se o direito de não aceitar os produtos que estiverem em desacordo com o previsto neste Termo, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei 8.666/93.

9.7 - Quando da entrega dos produtos, a empresa vencedora deverá, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos:

a) 03 (três) vias da AF (Autorização de Fornecimento) encaminhada pela Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela empresa em local apropriado;

b) Nota fiscal gerada pelo fornecimento das quantidades de materiais entregues solicitados na AF, caso a quantidade entregue seja menor da requerida na AF pela Contratante, a Contratada deverá informar por escrito, os motivos de não entrega dos produtos solicitados, os quais serão analisados pela Secretaria requerente e posteriormente será informado à mesma sobre a decisão;

c) Certidões Negativas de Débitos: da União (Secretaria de Receita Federal, INSS e FGTS), do Estado e Município (IPTU e ISS), Certidão Trabalhista. Todas as certidões deverão estar dentro do prazo de validade de no mínimo 10 dias antes de seu vencimento.

## 10. DA GARANTIA DO OBJETO

10.1 - A empresa vencedora do certame devesse garantir a qualidade e quantidade do especificado neste termo na data da entrega. Caso os produtos não estejam de acordo com a descrição, qualidade, quantidade, medida, tamanho e cor terá o produto não aceito.

10.2 - Caso os produtos estejam em desacordo ou conflitante com as características estabelecidas a Empresa sujeitar-se-á as penalidades impostas pela legislação.

## 11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

11.1 - Conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93, Decreto nº 163 de 15 de Março de 2017, o fiscal de contrato é o servidor Daniel da Silva, Matrícula nº 44.621-8, Cargo Diretor Administrativo e Financeiro.

## 12. DOS PRAZOS

12.1 - Prazo de entrega: A entrega será feita conforme Autorização de Fornecimento – AF expedida pela AGETRAN DOURADOS.

12.2 - Quando requisitado a licitante vencedora terá o prazo de 10 (dez) dias para efetuar a entrega.

Fls. 67  
Prot. E. 313/19  
Rub. 2  
Proc. \_\_\_\_\_

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**  
**AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO DE DOURADOS – AGETRAN**

---



12.3 - Substituição dos produtos deverá ser efetuada em até 05 (cinco) dias corridos a contar da data do Termo de Devolução emitido pela AGETRAN DOURADOS.

12.4 - O presente instrumento contratual terá vigência 31/12/2019, contados a partir da assinatura do contrato.

### **13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1 – A fonte de Recurso será a 127000 da Agencia Municipal de Transporte e Transito Agetran.

### **14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

14.1 - O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias, se dará de modo parcelado, conforme solicitado através de Autorização de Fornecimento - AF e conforme entrega dos produtos e após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o Art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o Art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei nº. 8.666/93 e alterações;

14.2 - As notas fiscais deverão ser emitidas conforme as Autorizações de Fornecimento – AF, geradas por esta Agência.

13.3 – As notas fiscais deverão ser encaminhadas para esta Agência juntamente com as certidões exigidas.

### **15. DA GARANTIA CONTRATUAL**

15.1 - Pelo descumprimento da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, sujeito às seguintes penalidades a juízo do órgão usuário/aderente ou da Secretaria Municipal de Fazenda – Departamento de Compras e Licitações no que lhe couber:

a) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

15.2 - As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

15.3 - Por atraso injustificado na execução do contrato:

a) Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

15.3 - Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) Advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) Multa de 5% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pela fornecedora;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública,





enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.4 - A penalidade de multa, estabelecida, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

15.5 - A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração, enquanto não adimplida a obrigação.

15.6 - Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

15.7 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração da aplicação da pena.

15.8 - As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Cadastro do Fornecedor.

15.9 - As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta da Agência Municipal de Transporte e Trânsito – Agetran, em conta específica.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cabe à **CONTRATADA**, além das demais previstas neste Termo de Referência ou dele decorrentes:

16.1 - Cumprir fielmente todas as disposições estabelecidas neste Termo de Referência;

16.2 - Cumprir todos os prazos consignados e estabelecidos neste Termo de Referência;

16.3 - Independentemente da aceitação, garantir a boa qualidade dos produtos, bem como efetuar a troca se apresentar problemas;

16.4 - Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente da execução deste Contrato, especialmente com relação aos tributos (ICMS, ISS, taxas, outros) incidentes sobre o equipamento a ser fornecido;

16.5 - Entregar os produtos ofertados, dentro dos prazos estabelecidos, de acordo com os requisitos de quantidade e demais condições, em conformidade com o disposto neste Termo de Referência;

16.6 - Instruir o fornecimento dos produtos deste Termo de Referência com as notas fiscais correspondentes, juntando cópia da solicitação de entrega e do comprovante do respectivo recebimento.

16.7 - Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

16.8 - Cabe à **CONTRATANTE**, além das demais previstas neste Contrato ou dele decorrentes:

16.9 - Comunicar a Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega dos produtos;

16.10 - Emitir nota de empenho;

16.11 - Informar à Contratada sobre a Nota de Empenho;

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO DE DOURADOS – AGETRAN

Fls. 69  
Prot. E 313/19  
RUB 2  
PFE



- 16.12 - Atestar a Nota Fiscal apresentada pela Contratada após conferir se os produtos entregue corresponde à especificação descrita neste Termo;
- 16.13 - Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste;
- 16.14 - Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 16.15 - Efetuar o pagamento da Contratada em conformidade ao estabelecido no contrato;

**17. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA**

17.1 – Por fim, registra-se que o presente Termo de Referência foi elaborado pela Servidora **Lucimara da Silva Stroppa**, matrícula funcional nº 82771 - 1, na qual ratifica as informações nele contidas atestando sua veracidade.

**18. DA AUTORIZAÇÃO**

18.1 – Aprovo o presente Termo de Referência e autorizo a realização da licitação.

Dourados Ms, 29 de Janeiro de 2019.

Carlos Fabio Selhorst dos Santos  
**DIRETOR PRESIDENTE – AGETRAN**





## APÊNDICE “A”

### JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

Os materiais solicitados destinam-se a utilização no Trânsito Municipal e diversas ações realizadas pela Agência Municipal de Transporte e Trânsito – AGETRAN, em especial na instalação e manutenção da sinalização semafórica.

A ausência ou mesmo precariedade dessa sinalização pode ocasionar acidentes fatais, nesse caso, a Prefeitura Municipal de Dourados será responsável conforme o artigo 24 do Código de Trânsito Brasileiro.

Logo, torna-se indispensável a aquisição dos produtos especificados a diante no que concerne a manutenção da ordem pública, em especial, as atividades ligadas ao ordenamento, fluidez e segurança no trânsito.

A compra no valor por item especificada no item 6.1 se faz necessária tendo em vista a padronização nas cores das lâmpadas em LED, que são mais duráveis porem podem apresentar variações de acordo com fabricante.

Dourados Ms, 29 de Janeiro de 2019.

  
Carlos Fabio Selhorst dos Santos  
**DIRETOR PRESIDENTE – AGETRAN**